



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL/PRONERA**

MARCELO DE JESUS SOUSA

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADA A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO
BRASIL: O TRABALHO COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA
MARANHÃO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2025**

Marcelo de Jesus Sousa

Proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil: o trabalho com a população venezuelana em Açailândia Maranhão

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT – Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Professora Dr^a Maria Helena Cariaga.

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725p Sousa, Marcelo de Jesus.
 Proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil:
 O trabalho com a população venezuelana em Açailândia Maranhão. /
 Marcelo de Jesus Sousa. – Miracema, TO, 2025.
 23 f.

 Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2025.
 Orientadora : Maria Helena Cariaga

 1. Proteção social básica. 2. Imigrantes. 3. Refugiados. 4.
 Venezuelanos. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCELO DE JESUS SOUSA

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADA A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO
BRASIL: O TRABALHO COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA
MARANHÃO

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, foi avaliado para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo orientador (a) e pela banca examinadora.

Data da aprovação 18/02/2025

Banca examinadora:

Prof. (a) Dr. (a) Maria Helena Cariaga, UFT

Prof. (a) Dr. (a) Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, UFT

Prof. (a) Dr. (a) Layanna Giordana Bernardo Lima, UFT

RESUMO

O trabalho pretende apresentar uma pesquisa sobre a proteção social básica, voltada a imigrantes e refugiados no Brasil, destacando o trabalho realizado pelas instituições de assistência social com a população venezuelana no município de Açailândia-MA, apresentando desde aspectos históricos das migrações e busca por refúgio em outros países e, conceituando tais fenômenos. Relata a origem da população venezuelana da etnia Warao hoje residente no município, como chegaram até a cidade, um pouco de suas características de organização social e como foram inseridos nas políticas públicas de proteção social básica no município. Usou-se de uma metodologia específica na qual realizou-se pesquisa qualitativa bibliográfica em artigos já publicados acerca do tema, análise de projetos de instituições de assistência que trabalham atuando com esse grupo e uma pesquisa de campo realizada em órgãos públicos: DPE-MA- Defensoria pública do estado do Maranhão, CRAS- Centro de referência de assistência social, SEMAS- Secretaria municipal de assistência social, CDVDH/CB- Centro de defesa da vida e dos direitos humanos Carmen Bascarán, na intenção de esclarecer indagações acerca do objeto estudado. Também é feito um pequeno recorte sobre essa nova expressão da questão social que surgiu na cidade de Açailândia e as dificuldades da atuação dos profissionais de serviço social em uma época de calamidade pública mundial referente a contaminação em massa da COVID-19, exatamente no momento da chegada dos primeiros refugiados.

Palavras-Chave: Proteção social básica. Imigrantes. Refugiados. Venezuelanos.

ABSTRACT

The work aims to present research focused on basic social protection, aimed at immigrants and refugees in Brazil, highlighting the work of social assistance institutions with the Venezuelan population in the municipality of Açailândia-MA, presenting historical aspects of migration and the search for refuge in other countries, how to conceptualize such phenomena. It reports on the origin of the Venezuelan population of the Warao ethnic group today residing in the municipality, how they arrived in the city, their origin, some of their social organization characteristics and how they were included in public policies for basic social protection. A specific methodology was used in which qualitative bibliographical research was carried out on articles already published on the topic, analysis of projects from assistance institutions that work with this group and field research carried out in public bodies: DPE-MA, CRAS, SEMAS, CDVDH/CB, with the intention of clarifying questions about the object studied. A small excerpt is also made about this new expression of the social issue that arose in the city of Açailândia-MA and the difficulties faced by social service professionals in a time of global public calamity regarding the mass contamination of COVID-19, exactly at the time of arrival of the first refugees.

Keywords: Basic social protection. Immigrants. Refugees. Venezuelans.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	9
3	AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADAS A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL	12
4	O TRABALHO COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA MARANHÃO	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

A elaboração desse artigo tem por finalidade desenvolver e trazer uma pesquisa voltada ao objeto de questionamento “**proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil: o trabalho com a população venezuelana em Açailândia Maranhão**”.

Nesse sentido, para o desenvolvimento do trabalho e posteriormente realizar uma avaliação referente aos resultados alcançados, foram utilizados alguns parâmetros de direcionamento para a pesquisa, sendo esses a determinação do objeto de estudo/pesquisa, objetivo geral e os objetivos específicos. O objetivo geral, **é identificar** a proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil, relatando sobre o trabalho das instituições de assistência social com a população venezuelana em Açailândia Maranhão.

Os objetivos específicos, são os seguintes, relatar os principais aspectos que causam a imigração e a busca por refúgio no Brasil, conceituando e especificando esse fenômeno; contextualizar as ações de proteção social básica voltadas a imigrantes e refugiados no Brasil; e enfatizar o trabalho das instituições de assistência social com a população venezuelana em Açailândia Maranhão, no que compete a proteção social básica.

O movimento de pessoas entre territórios e estados é historicamente conhecido e de grande importância para a formação social, cultural e econômica mundial. As migrações marcaram e moldaram a história da humanidade, tendo diversos aspectos causadores desse evento, podendo ser classificados como leves (migrações em busca de empregos, mais segurança ou estabilidade no país de destino), ou de natureza grave (guerras, fome, revoltas, epidemias e tragédias naturais no país emissor) ou forçado como aconteceu no período escravocrata com o tráfico de escravos).

A imigração em si caracteriza o deslocamento de pessoas entre territórios ou entre regiões de determinados países, emissores e receptores, no entanto as pessoas deslocadas recebem diferentes denominações, que são referentes ao contexto que levaram ao seu trânsito. Sendo assim, Refugiados: Pessoas que estão fora do seu país de origem por temor de perseguição, conflitos, violência ou outras circunstâncias que perturbem seriamente a ordem pública, tendo obrigatoriamente a proteção internacional; já o Imigrante: é tido como um processo voluntário em busca de

melhores condições de vida, se aplica as pessoas que pretendem fixar residência permanente no país acolhedor (o que não impede que esses imigrantes passem por dificuldades ou situação de vulnerabilidade).

Segundo (ESTIMABLE e BOTEGA, 2023, p. 47) misturar os termos/conceitos de refugiados e imigrantes podem enfraquecer o suporte a essas populações, em especial tratando-se de um momento em que refugiados precisam ainda mais dessa proteção.

Na atualidade os principais aspectos propulsores da busca por refúgio no Brasil derivam-se de condições adversas que resultem em miséria, fome, doenças e/ou altos níveis de mortalidade onde as pessoas estão submetidas a situações de risco. A população se vê obrigada a abandonar seu país materno de origem, pertencimento e cultura contra sua vontade como única forma de sobrevivência, tornando-se refugiados em outros países:

Assim, o caráter de refugiado relaciona-se à evidência de suas necessidades negligenciadas, diferentemente do imigrante que se desloca em busca de melhores condições de vida, o refugiado desloca-se em busca de alguma condição de vida, dessa forma todo refugiado pode ser considerado um imigrante, mas nem todo imigrante pode ser considerado um refugiado (PARK, 2015; apud SOUSA, 2019 p. 02).

No Brasil, a partir do ano de 2010, a complexidade da migração tornou-se parte da agenda política, e com a entrada de imigrantes e refugiados haitianos, senegaleses, cubanos, venezuelanos entre outras nacionalidades, surgiu no país a necessidade de criar e pensar políticas públicas específicas para os recém-chegados (FERNANDES, 2022, p. 11).

As crises humanitárias, econômicas e políticas vivenciadas pelos países latino americanos transformou o Brasil em um dos mais importantes destinos para o refúgio e migração do continente sul-americano:

Entre os anos de 2010 e 2020, o país registrou a entrada de cerca de 986 mil imigrantes, sendo os venezuelanos o destaque como principal nacionalidade, reflexo do desgaste político e econômico que a Venezuela vem sofrendo desde 2015, de acordo com os dados divulgado pelo observatório da Migrações Internacionais (OBMigra), (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2020 apud FERNANDES, 2022, p.11).

O Brasil é signatário dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos e é parte da convenção internacional sobre o estatuto dos refugiados de 1951 e do respectivo protocolo de 1967. Ao integrar o comitê do Alto Comissariado

das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) desde 1958, o país criou normas que vem facilitando a concessão de vistos aos imigrantes e refugiados, afetados pela violência, descriminalização e preconceito ao redor do mundo.

O refúgio no país é regulado pela lei 9.474, de 22 de junho de 1997, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil (SANTOS; MIRANDA; BATISTA, 2018 p. 11)

Hoje no Brasil, grande parte do auxílio aos imigrantes e refugiados vem de instituições não governamentais como a Caritas, muito conhecida dentro da atuação nesta temática e de uma “rede solidária” de proteção para migrantes e refugiados em alguns estados brasileiros que reúne instituições articulada com o Instituto de Direitos Humanos (IMDH). As assistências dadas por estas instituições não governamentais, apesar de fundamental num contexto de ausência de direitos, não substituem a ação do Estado que se faz necessária no acesso aos direitos sociais através de políticas públicas (SANTOS; MIRANDA; BATISTA, 2018, p.16).

A importância desse tema para os profissionais de serviço social, se deve ao fato de a cada dia se intensificar o ingresso de estrangeiros em nosso país solicitando refúgio e proteção social. As dificuldades de inserção no país de destino, como também ocorre no Brasil expõe essas pessoas a uma situação de ausência de direitos e de grande precariedade, buscando nos serviços de assistência, de saúde, educacionais, entre outros, onde se insere o trabalho do assistente social, artifícios e **condições para reconstruir suas vidas.**

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Toda escolha de um objeto de pesquisa surge de uma dúvida, curiosidade, questionamento e/ou relato de uma experiência vivida por determinada pessoa ou grupo, não obstante disso, optou-se por estudar esse tema, “proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil: o trabalho com a população venezuelana em Açailândia Maranhão”, devido as experiências vividas durante a realização do estágio supervisionado obrigatório II e III do Curso de Serviço Social, no CRAS-Centro de Referência de Assistência Social central, no município de Açailândia Maranhão, período esse de contato direto com famílias de imigrantes venezuelanos durante o desenvolvimento de ações realizadas pelas instituições de assistência social secretaria municipal de assistência social/Centro de referência de assistência social, planejadas e desenvolvidas especificamente para essa população.

No entanto, durante esse período em que houve contato com esse grupo de pessoas surgiram diversas dúvidas referente a essa população, de como foi o acesso a moradia, inserção nos programas e projetos de assistência e também como acontece o acompanhamento e monitoramento dessas famílias, as ações de proteção social básica voltadas aos mesmos e suas formas de acesso, como e quando chegaram a cidade e suas formas de organização social e de estrutura familiar, se atendem uma linha matriarcal e/ou patriarcal, se tem como chefes familiares os mais idosos, indagações que não puderam ser respondidas totalmente, pois além da carga horaria de estágio não ser tão extensa, foram desenvolvidas atividades para além do acompanhamento dessas famílias em particular.

Então só seriam plenamente respondidas se fosse realizada uma pesquisa mais aprofundada, em toda a rede de instituições que compõe a assistência na atuação com essa população. Nesse sentido que essa pesquisa foi pensada para dar continuidade na busca de respostas mais amplas e aprofundadas sobre tais questionamentos. Tratasse de uma pesquisa qualitativa, que também contou com observação participante.

Para sua realização foram utilizadas as seguintes metodologias: pesquisa descritiva bibliográfica, através da leitura de artigos, textos já produzidos e voltados ao tema estudado, projetos de cunho nacional e expostos em sites como o do Ministério da Cidadania. Pesquisa documental em projetos elaborados e desenvolvidos dentro das instituições, tais como, a Secretaria municipal de assistência

social-SEMAS, Centro de referência de assistência social-CRAS central de Açailândia Maranhão direcionados especificamente a essa nova demanda de usuários, instrumentais como protótipos, que são fichas primárias de atendimento para captação de informações básicas (nome, residência, número de documento, quantidade de familiares e etc.), ficha de visitas e de entrega de benefícios eventuais e até mesmo a documentação utilizada para cadastramento no cadastro único para programas sociais, na plataforma do Sistema único da assistência social, SUAS.

Para fins de informações diretas e mais específicas quanto a como e quando essa população começou a adentrar no município e quais as medidas que foram tomadas referente a essa nova demanda, forma de acolhida, encaminhamentos, identificação e inserção dos mesmos na estrutura social de Açailândia. Realizou-se uma pesquisa de campo, nas instituições: Defensoria pública do estado do Maranhão DPE-MA, Secretaria municipal de assistência social-SEMAS, Centro de referência de assistência social-CRAS e no Centro de defesa da vida e dos direitos humanos Carmen Bascarán-CDVDH/CB. Nessa pesquisa foram realizados diálogos abertos quanto a essa população refugiada e a forma de atuação desses órgãos referente a mesma, isso após uma apresentação da finalidade da busca e qual a utilização das informações captadas, com a comprovação de vínculo com a universidade.

Não será apontada fala de nenhum profissional em específico, nem mesmo em qual instituição se obteve determinada informação, ressaltamos que esse estudo se apoia no Código de Ética do Assistente Social, que prevê como direito descrito no item i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (Código de Ética do Assistente Social, revisado, 1997, p.21)

As informações serão expostas conforme os acontecimentos referentes a demanda da população imigrantes/refugiados, desde a sua chegada no município, as medidas tomadas pelas instituições acerca dessa expressão da questão social recém surgida até os dias atuais e, conseguinte um estudo de como se encontra essa população na cidade, além de destacar as características identitárias do povo Warao, de como viviam em seu país de origem e a sua organização social, cultural e como vem ocorrendo a inserção dessa população dentro desse novo contexto social.

É importante ressaltar que será feito um pequeno recorte de como foi receber essa população e atuar sobre as vulnerabilidades sofridas por esses novos usuários,

recém-chegados durante um período de calamidade pública mundial, tendo como causa a contaminação em massa pela COVID-19.

3 AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA VOLTADAS A IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), teoricamente, assume no Brasil um papel de proteção social, de forma articulada às outras políticas, que formam a seguridade social brasileira. Todavia, somente cinco anos após a sanção da Constituição Federal de 1988, é que a Assistência Social é legitimada como política de seguridade social, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS,1993).

Como citado por (PAIVA; MOURA e LIMA, 2023, p.02) a constituição federal de 1988, institui no Brasil um marco legal no processo histórico da construção de um sistema de proteção social, alicerçando direitos humanos e sociais como responsabilidade pública dos três entes federativos.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993, Art.1º apud PAIVA; MOURA e LIMA, 2023, p.09).

O aumento crescente de imigrantes e refugiados que se deslocam de seus países de origem e tem o Brasil como país receptor implica em novas demandas referentes ao sistema de proteção social estabelecido e vigente atualmente. Nesse sentido, a necessidade de se pensar em propostas que possam atender essas novas demandas emergentes, principalmente no que se refere a Proteção Social Básica. Tendo em vista que essa população de estrangeiros, em sua maioria adentram o país em condição de vulnerabilidade, ou seja, sem recursos ou estrutura para sobreviverem.

Em resposta a essas demandas pertinentes à Proteção Social Básica, as instituições de assistência social por meio de serviços, programas, benefícios e projetos, bem como ações que possam garantir o protagonismo da população refugiada e imigrante, no acesso aos direitos, cidadania, às políticas sociais e à autonomia financeira, propõe a inclusão nos serviços de assistência social e encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas para a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho.

É nesse sentido, que se aponta o trabalho da Proteção Social Básica, como principal porta de entrada das demandas sociais, onde proporciona a viabilização do atendimento de necessidades, da população refugiada e imigrante emergente no Brasil, visando conduzir esses sujeitos a um reconhecimento identitário, cultural, territorial, mas que possa produzir crescimento, em sua vivência, não sendo uma abordagem que dará fim a essas demandas desta população, mas que pode proporcionar a cada indivíduo subsídios que possam cooperar para a superação da situação de emergência, a partir do deslocamento forçado da migração para o Brasil (PAIVA; MOURA; LIMA, 2023 p. 03).

Ciente da situação de vulnerabilidade que se encontram muitos estrangeiros que migram para o Brasil, os operadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem ocupando os mais diversos campos de sua atuação para garantir os direitos dos imigrantes. O fenômeno da migração se manifesta de muitas formas no território nacional, apresentando especificidades. O primeiro passo para definir o direito socioassistencial de pessoas em situação de refugiado e imigrante é reconhecê-los como sujeitos de direitos e com proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional (MSDA, 2016).

Dessa forma, as tarefas referentes a recepção e integração da população estrangeira em território nacional ultrapassam as responsabilidades da rede de Assistência Social do Brasil, uma vez que envolvem questões de direitos humanos, jurídicos, trabalhistas, de segurança pública, educação, saúde e seguridade social, entre outras.

A (PNAS) Política Nacional de Assistência Social prevê o ordenamento dos serviços em rede de acordo com os seguintes tipos de proteção social: Básica e Especial (de média e alta complexidade). O atendimento aos imigrantes deve estar garantido em todos os níveis de proteção, de acordo com as demandas apresentadas (MDSA, 2016).

Mas o que tange a proteção social básica? A proteção social básica reúne um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco pessoal:

Destina-se a população que tem acesso precário ou nulo aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e comunitários ou discriminação (etária, étnica, de gênero ou por deficiência), entre outras. A unidade de referência nos territórios para a oferta da atenção no âmbito da proteção social básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Além dos serviços socioassistenciais destaca-se na proteção social básica os benefícios assistenciais e os programas de transferência de renda, entre os quais o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o programa Bolsa Família (BF) (MDSA, 2016 p. 11).

Em relação aos serviços, o programa Bolsa Família prevê garantia de renda a famílias migrantes em condições de equiparação aos nacionais. Para garantir a efetivação do programa para o público migrante e refugiado, o MDS publicou o ofício circular conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS, de 11 de fevereiro de 2014, com esclarecimento em relação ao cadastramento de estrangeiros no cadastro único para políticas sociais e acesso ao programa bolsa família:

O MDA ressalta que não existe óbice ao cadastramento e concessão de benefícios para estrangeiros, que são públicos das políticas sociais da mesma forma que os nacionais, desde que atendidos os aspectos de vulnerabilidade social. A única exceção à regra é o benefício de prestação continuada, exclusivo para brasileiros, segundo disposição do decreto nº 6.2014/2007, que não é extensível a estrangeiros (MDSA, 2026 p. 12).

Também é oferecido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SVFC, para o atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, em grupos organizados conforme a faixa etária ou de modo Inter geracional, independente da nacionalidade. Constitui uma forma de intervenção social planejada que estimula e orienta os usuários na construção de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

4 O TRABALHO COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA EM AÇAILÂNDIA MARANHÃO

Os indígenas, homens, mulheres e crianças venezuelanas que moram atualmente no Brasil foram forçados a realizar uma longa viagem em busca de proteção e de vida digna. Ressalta-se que os povos indígenas possuem costumes, línguas, tradições e crenças, além de manter estreita relação com o meio ambiente. Mostra-se primordial que essa população viva amparada por leis, preservem princípios, garantindo a manutenção de sua autonomia (CUNHA, 2012 apud SILVA e SILVA, pa. 01, 2024).

A população venezuelana que chegou no município de Açailândia Maranhão, pertence a etnia Warao, é um agrupamento indígena nativo da Venezuela, constituído na região do delta do Rio Orinoco, que apresenta como cultura o hábito de se deslocar para coletar alimentos, em busca do sustento familiar e retornando à sua aldeia. Sendo a segunda maior etnia da Venezuela, com aproximadamente 50 mil pessoas de acordo com a Agência da ONU para refugiados.

Warao significa “povo da água”, é um povo composto por famílias matrilineares, e os agrupamentos são liderados pelos homens, mas são as mulheres as que contribuem para as decisões e possuem um papel central no cotidiano do grupo. Esses povos sofreram mudanças culturais, a partir de 1960, devido intervenções em seu território, passaram a estabelecer ciclos migratórios, dentre essas intervenções, as ações das missões religiosas, a partir de 1920 (CIRINO, 2020, p. 136 apud SILVA e SILVA, 2024, p 02).

Para essa discussão é necessário trazer algumas características econômicas, sociais e territoriais do município de Açailândia, esse que se tornou receptor de uma pequena parcela de venezuelanos refugiados no Brasil.

Fundada a partir do desmembramento com Imperatriz, em 6 de junho de 1981 Açailândia é um município brasileiro do estado do Maranhão, pertence a uma área da pré-Amazônia, como a própria região amazônica, detendo uma infinidade de riachos. Portanto, os riachos, rios e igapós, estão intimamente ligados à história e surgimento de cidades da região. Os açazais, que estavam ali presentes, serviram de inspiração para a criação do nome Açailândia, embora outros queiram acreditar que o nome se deriva de aço, o que não procede já que as indústrias siderúrgicas só se instalaram tempos depois de sua fundação mais precisamente no ano de 1986.

Considerado o 8º município mais populoso do estado, com um total de 106.550 habitantes segundo estimativa do IBGE em 2022. Localizada geograficamente com latitude 04° 56' 49" S e longitude 47° 30' 18" O. Altitude: 240 m. O PIB per capita de Açailândia em 2021 é de R\$ 33.649,84 por habitante, fazendo Açailândia ocupar a 12ª posição dentre os 217 municípios do estado. A cidade é um importante polo agroindustrial, onde a exportação de ferro gusa gerada por cinco indústrias siderúrgicas instaladas no município se torna sua principal fonte de renda. Também conta com diversos estabelecimentos comerciais dos mais diversos ramos do comércio e serviços, e possui o maior rebanho bovino do estado.

A chegada dessa população de indígenas Warao como refugiados em Açailândia, teve seu início no ano de 2020, de forma secundária nacionalmente falando, tendo em vista que os mesmos adentraram no país tendo como primeiro destino os estados de Roraima e Pará. Durante esse período nesses respectivos estados conseguiram retirar as documentações de refugiados, com caráter temporário com o apoio da PF-polícia federal.

Chegaram no município sem condições financeiras para se manterem, encontrando-se em situação de rua, sobrevivendo de mendicância, em frente aos bancos, semáforos, supermercados, exclusivamente no centro comercial da cidade, refugiados de todas as faixas etárias, desde bebês recém-nascidos a idosos, expostos a diversos riscos, seja por intempérie climática, discriminação, violência, não acesso a saúde, a falta de acesso a moradia e alimentação, lembrando que o mundo estava passando por um período de calamidade pública mundial, a pandemia, devido alastramento da COVID-19, onde uma das orientações mais recorrentes se tratava do distanciamento social e da permanência em casa.

Foi um momento de grande transformação no mundo e no modo de atendimento e da atuação dos profissionais do serviço social, por duas questões em específico, o surgimento de uma nova demanda na cidade, exatamente incomum aos profissionais e que não haviam planos e projetos voltados ao atendimento dessa demanda, uma população que estava atravessando diversas vulnerabilidades. Além de obstáculos na comunicação e inserção desse grupo no contexto municipal sem que houvesse perda cultural, discriminação ou perda de identidade.

O outro ponto foi a atuação do assistente social em um período onde tornava-se necessário o distanciamento social, pois o trabalho em sua maioria teve que ser feito via home office, ou seja, a distância. Mas como fazer isso se o trabalho do assistente

social se dá por meio de uma ação direta e historicamente de forma presencial com as famílias, grupos e demais, analisando a totalidade da realidade social tensionado na busca do enfrentamento das vulnerabilidades sofridas pelos mesmos.

Para (MATOS, 2020 p. 06) Faz-se fundamental que nos articulemos com colegas de outras instituições, pois a chamada “rede” está com a rotina e procedimentos alterados. É importante saber como estão funcionando as outras instituições. A articulação via rede sociais, também poderá contribuir para o diálogo coletivo sobre como encarar, nas diferentes dimensões da nossa sociabilidade as questões que envolvem a pandemia, como o medo, por exemplo.

Isso mostra o quanto a “questão social”, citada por (YAZBEK e IAMAMOTO, 2019, p.38) é inerente a sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com selos das particularidades nacionais. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo, da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.

Causando nessa contradição de capital trabalho as desigualdades sociais, essas denominadas como expressões da questão social e que estão em constante movimento na sociedade, são mutáveis e se materializam no desemprego, fome, violência, analfabetismo, favelização, analfabetismo político, falta de infraestrutura, moradia etc. Então ressalta-se a importância da preparação dos profissionais, estudarem e se capacitarem para atuar com novas demandas que surgem de forma inesperada.

A vulnerabilidade pode apresentar maior ou menor risco, de acordo com as capacidades de proteção e defesa que a pessoa, o grupo e a sociedade possuam. A política pública deve ofertar e potencializar essas capacidades, ao incidir nas vulnerabilidades vividas pelos indivíduos, por meio da construção de estratégias de apoio e proteção, com a participação da população, visando prevenir essas situações ou o seu agravamento e a incidência do risco. Atenção deve ser dada ao fato de que os significados de vulnerabilidades, riscos e violação de direitos podem ser diferentes para as populações indígenas, assim como as compreensões sobre família, educação, saúde e outras esferas da vida social, uma vez que os grupos indígenas possuem seus próprios modos de ver e de se organizar (ACNUR, p.17, 2021).

As condições em que os refugiados se encontravam causaram uma grande quantidade de denúncias ao Ministério Público e na Defensoria Pública do município, com a cobrança de alguma ação referente a esse povo em situação de rua, expostos a diversas vulnerabilidades, ressaltando que o município não dispõe de centro POP,

que é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado a população em situação de rua e nem de casa de acolhimento para períodos de longa duração.

As primeiras medidas que foram tomadas referem-se a inclusão dessas pessoas nos programas assistenciais nacionais, nos quais os mesmos se enquadravam, mesmo não tendo nacionalidade brasileira, ações e medidas inicialmente voltadas a proteção social básica desse grupo emergente na cidade. A partir disso as instituições de assistência social, Secretaria municipal de assistência social por meio do CRAS, que é a porta de entrada para a assistência social, estabeleceram um plano de ação voltado para a busca e inserção dessas famílias no cadastro único para que posteriormente possam solicitar outros benefícios, como o de transferência de renda, Programa Bolsa Família, possibilitando assim parcialmente uma condição mesmo que mínima de vida digna, moradia e alimentação, outro benefício mesmo que eventual no qual esse grupo refugiado conseguiu ser inserido foi para o recebimento de cestas básicas.

Tendo em vista a ausência de equipamentos municipais de acolhimento, a primeira instituição a ter contato e a desenvolver projetos para trabalhar com essa população foi o Centro de Defesa da Vida e Dos Direitos Humanos Carmen Bascarán-CDVDH/CB, que por meio de iniciativa individual, desenvolveu oficinas de capacitação em comunicação, culinária e cabelereiro, no intuito de familiarização e inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, vale destacar que desde os primeiros contatos com os indígenas venezuelanos o idioma se apresentou como uma grande barreira a ser superada.

Ao longo desse processo de inserção dos Warao no município por meio de ações locais as famílias aos poucos foram alugando casas no bairro Capelosa onde residem atualmente, as crianças foram matriculadas na escola e participam do SCFV- Centro de convivência e fortalecimento de vínculos, as famílias são acompanhadas pelo Serviço de proteção integral a família-PAIF, sendo essas as formas de acesso dessa população as políticas públicas voltadas a proteção social básica.

Nesse percurso dos atendimentos e do trabalho social realizado busca-se ampliar trocas culturais e vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e convivência comunitária, além da familiarização com o contexto e a realidade nacional, municipal e local onde essas famílias de imigrantes e refugiados se encontram inseridos

Atualmente o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS atua no acompanhamento de 54 refugiados, incluindo homens, mulheres, crianças e adultos, todos residem no mesmo bairro na cidade e em casa vizinhas, trazendo um pouco de seu aspecto cultural de convivência grupal. Os Warao historicamente viveram uma vida nômade, onde se deslocam em busca de meios de sobrevivência e assim que os recursos se tornam escassos eles se deslocam novamente, sendo esse um ciclo contínuo, por isso o número de refugiados oscila, já que se encontram nesse processo de idas e voltas.

A estrutura familiar também é bem característica desse grupo indígena, dentro de uma mesma residência se encontra até três gerações convivendo, pais, filhos e netos, todos com suas famílias individuais estabelecidas, porém residindo juntos e tendo como líder o mais velho.

Atualmente alguns refugiados já conseguiram se inserir no mercado de trabalho, no entanto a questão cultural e o meio de vida ainda torna difícil a adaptação à estrutura social do mercado urbano, instituída pelo modelo capitalista de produção. É interessante relatar que atualmente no município de Açailândia já nasceram crianças com dupla nacionalidade, ou seja, venezuelanos gerados e nascidos em território nacional. Os mesmos ainda mantêm muitas das suas tradições, pois ainda se relacionam apenas entre si, no que se refere à relação afetiva.

Periodicamente são elaborados projetos de capacitação e ações recreativas com o povo venezuelano residente em Açailândia, sempre respeitando suas particularidades, necessidades e vontades, buscando sempre fazer com que se sintam pertencentes e que a cultura e sua territorialidade estejam presentes. A adaptação ao meio social açailandense tem sido lenta, devido às diferenças culturais, no entanto vem acontecendo com o fomento e o apoio das instituições de assistência social e até mesmo de outros grupos não institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para avaliar se as indagações sobre o objeto de pesquisa foram respondidas, voltamos aos objetivos gerais e específicos como norteadores deste estudo. Conforme apresentamos no decorrer do texto nossos objetivos foram alcançados, as dúvidas acerca do tema foram respondidas a partir da apresentação de informações, argumentos e pesquisa de campo envolvendo profissionais que atuam na proteção social básica, em órgãos de assistência que trabalham atuando com a população venezuelana no município de Açailândia.

Observamos que ainda há falta de material bibliográfico, publicado sobre o tema estudado, é notório as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da assistência social básica voltada a essa população, principalmente no que se refere a questão da comunicação/linguagem, que é o maior obstáculo enfrentado. Acrescenta-se a isso a falta de conhecimento sobre a cultura desses povos, sejam refugiados e/ou imigrantes, sua organização social e como viviam em sociedade no seu país de origem, pois a partir disso será possível desenvolver ações e projetos que agreguem mais ainda na vida desses usuários, respeitando suas especificidades e não havendo perda de identidade e/ou cultural.

O processo de deslocamento de forma espontânea, ou por outro motivo que vise a busca por melhores condições de vida em um determinado país escolhido como receptor distingue-se como imigração, que pode ser temporária ou permanente. Mas quando o fenômeno ocorre por condições adversas, como catástrofes climáticas, conflitos, perseguição religiosa ou quais quer condição que traga risco a vida desses indivíduos e tenham que se deslocar de forma brusca e contra a sua vontade do seu país de origem, faz com que essas pessoas sejam repatriadas, permanecendo nesse novo país em condições de refugiados. Independente do conceito adotado para identificar essa população no Brasil, esses passam por situações de vulnerabilidade social, seja em maior ou menor grau.

Nesse sentido destaca-se a importância da assistência social no acolhimento, inclusão, trabalho e atuação junto a essa população. A política de assistência social, teoricamente, assume no Brasil um papel na proteção social, de forma articulada às outras políticas, que formam a seguridade social brasileira.

Destacamos no decorrer desse trabalho ações voltadas a proteção social básica, realizada por instituições de assistência social, em especial a SEMAS por meio do

CRAS, que é a porta de entrada para as políticas de assistência e também outras instituições públicas, como a DPE-MA, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e até mesmo outras instituições de cunho não governamental, sempre no intuito de acolher, incluir esses novos usuários nas políticas públicas, a fim de garantir condições dignas de vida, mesmo que de forma mínima.

A inserção em programas do governo e da assistência social, seja de transferência de renda como o programa bolsa família ou um benefício eventual, de recebimento de cesta básica, inclusão no PAIF para que receba um acompanhamento familiar contínuo, até a inserção nos centros de convivência e fortalecimento de vínculos. Também ressaltamos a elaboração de projetos de capacitação que busca a formação e a inclusão desses imigrantes e refugiados nesse novo contexto social no qual se encontram, claro que respeitando suas particularidades, cultura e preservando sua identidade.

A metodologia utilizada possibilitou esclarecer as dúvidas acerca do objeto de pesquisa de forma mais ampla e contundente, possibilitando entender um pouco mais sobre a proteção social básica voltada a imigrantes e refugiados no Brasil e principalmente o trabalho com a população venezuelana em Açailândia, Maranhão. Esses que surgem como uma nova demanda, ocasionando em uma reformulação e adaptação de projetos já existentes, além da capacitação e aprimoramento na atuação dos profissionais, não somente pelo adentrar de refugiados no município, mas por coincidir com um período de calamidade pública mundial, em decorrência da pandemia da COVID-19.

As características culturais e indenitária desse grupo indígena, tão quanto suas formas de organização social, impactou no trabalho das instituições de assistência social, incentivando os profissionais para superação de obstáculos culturais e a elaboração de trabalhos respeitando todas as particularidades desse novo grupo de usuários, fazendo com que se sintam pertencentes nesse novo território que adotaram como casa.

Portanto, além desse trabalho somar para a disponibilização de mais informações bibliográficas acerca do tema, possibilitando outras pesquisas futuramente, traz reflexões de suma importância para o debate sobre imigrantes e refugiados no Brasil e as políticas de proteção social voltada a essa população. Agrega na obtenção de experiência para os profissionais de serviço social que a partir de agora trabalham com essa expressão da questão social presente no contexto da

sociedade, atualmente, e para além disso faz a relação intercultural, troca de conhecimento e organização para projetos futuros.

REFERÊNCIAS

FERNANDES M. F., **Imigrantes, refugiados e a política pública de assistência social: uma análise no Distrito Federal, Brasília – DF 2022;**

ESTIMABLE C., BOTEGA G. P., A mediação cultural no atendimento psicossocial aos imigrantes e refugiados na perspectiva das trabalhadoras de um centro de referência de assistência social, **DAS AMAZÔNIAS**, Rio Branco –Acre, v.5, n.1, (jan-jun) 2022, p. 46-61;

SOUSA S. V. M., **O conceito de refugiado: historicidade e institucionalização**, ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019, conforme dados disponíveis no site da instituição: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>;

SILVA J. A., SILVA M. H. Cariaga. **Os direitos das mulheres Indígenas Venezuelanas no Brasil**, International Seven Multidisciplinary Journal, São José dos Pinhais, v.3, n.2, Mar./Abr., 2024;

MATOS M. C., **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. <https://www.cress16.org.br/noticias/a-pandemia-do-coronavirus-covid-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-saude> consultado em 11.02.2025;

UNHCR ACNUR Agência da ONU para refugiados, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Cidadania, Governo federal, **Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante**, Brasília, 2021;

SANTOS E. C., MIRANDA E. R., BATISTA D. D., **Direitos humanos, refúgio e proteção social**, Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ENPESS. Vitória- ES, dezembro de 2018;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIL E AGRARIO, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, **O papel da assistência social no atendimento aos imigrantes**: Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes, Brasília, maio de 2016;

PAIVA C. M. A., MOURA F. M. O., LIMA M. E. S., **proteção social básica: promoção e garantia de direitos a população indígenas venezuelanos refugiados da etnia Warao no município de Ananindeua/PA**, XI Jornada internacional Políticas Públicas, 19 a 22 de setembro de 2023, São Luís -MA Brasil;

YAZBEK M. C., IAMAMOTO M. V., **Serviço social na história América latina, África e Europa**, Cortez editora, São Paulo - SP, 2019.
<https://ipsema.acailandia.ma.gov.br/institucional/conheca-a-cidade/>